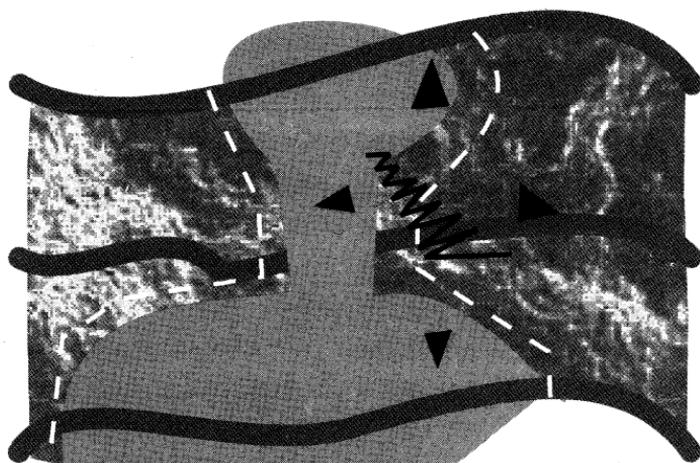


# VI Encontro Nacional de Educação Matemática

21 a 24 de julho de 1998  
São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil

# Anais



# VI ENEM

**VOLUME 1**



UNISINOS

Universidade do  
Vale do Rio dos Sinos



Sociedade Brasileira de  
Educação Matemática

*Romulo Campos Lins\**

Penso que o tema mais presente em toda a comunidade de educadores e educadoras no Brasil, hoje, é o da avaliação, e em particular na comunidade dos educadores matemáticos e das educadoras matemáticas.

Esse “em particular” quer dizer, para mim, mais do que “também no caso particular”. Ele quer dizer que na educação matemática a questão se apresenta como mais premente, tanto para nós profissionais quanto para a opinião pública em geral. E podemos também dizer que este “avaliar” relaciona-se, de fato ou no imaginário das pessoas, à “melhoria do ensino”.

É para isto que quero olhar, para esse binômio avaliação/melhoria.

Antes de ir adiante, queria esclarecer que a questão da avaliação não é a única presente: currículo e formação também são pontos que nos preocupam. Mas a questão da avaliação tem mais impacto, tanto porque currículo e formação podem ser objetos de avaliações, tornando estas de certa forma mais básicas, quanto porque os governos em todos os níveis, principalmente a nível federal, está investindo em fazer de “avaliação” um termo chave no debate educacional do momento.

É aqui que aparece minha primeira questão: o que é que nós, educadores e educadoras queremos ter como termo chave no debate educacional do momento? Quais são as condições que dão tanta primazia ao que o governo propõe? Minha primeira resposta é: poder institucional dos governos e falta de debate de nossa parte.

Para substanciar a segunda parte de minha resposta, eu invoco o processo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e já esclareço que não se trata aqui de fazer críticas aos PCN como resultado, e sim de comentar sobre um processo. Nos Estados Unidos, os Standards, equivalente dos PCN, foram uma iniciativa da comunidade, via a entidade irmã da SBEM, o NCTM. No Brasil a iniciativa e a condução do processo estiveram sempre nas mãos do MEC, e a comunidade participou oferecendo consultoria. É verdade que os PCN foram distribuídos a professores e professoras, e é verdade que o MEC espera uma discussão sobre eles. O ponto crucial, no entanto, é que a idéia de que eles deviam existir, e a decisão sobre o que deveriam ser partiu do MEC, e não de nós.

Qual seria o problema com esse processo, já que muitos de nós consideram os PCN um bom documento? Penso que o problema é o mesmo que enfrentamos em sala de aula quando os alunos não vêm o que fazem como sendo uma coisa sua, senão uma imposição do professor: fazem o que podem para passar pelo processo com o mínimo de danos, e pronto. O que me preocupa é que nossa comunidade trate os PCN como algo que não é seu.

Mas eu não acredito que essa nossa falta de iniciativa a que me refiro seja resultado de falta de organização. Não posso acreditar nisso tendo ido a muitos encontros nacionais e estaduais com mais de mil pessoas, e sabendo que a SBEM tem mais de 6000 nomes em sua base de dados. Penso que essa nossa falta de iniciativa - política mesmo, eu diria - está ligada a uma crônica “falta de vontade” de avaliarmos o que estamos fazendo.

E mais: penso que essa “falta de vontade” acontece, na verdade, porque não está claro qual é o efeito que queremos causar com a E(e)ducação M(m)atemática que praticamos. Não adianta medir a temperatura de um prego para saber se pregamos bem uma tábua. Se a pregamos para que fique firme, devemos tentar puxá-la para ver se está firme.

Existe um nocivo senso-comum em nossa comunidade, que é o de que a E(e)ducação M(m)atemática que praticamos quer causar o efeito de “ensinar bem Matemática”. Penso que é atrás deste senso-comum que escondemos nossa disposição para nos avaliarmos, para propormos nossa própria avaliação e discutirmos diretrizes para sua consecução. E penso que este senso-comum é falso, simplesmente porque não há acordo mínimo sobre o que isso seja. É uma palavra de ordem que coloca, de um lado “o que deve ser ensinado”, a Matemática como ela é, e de outro o “como ensinar bem”: a Didática. É este o efeito que este senso comum quer causar, certamente um efeito que eu quero combater. Avaliar, segundo ele, só pode ser avaliar “o que o aluno aprendeu da Matemática”, uma visão que não só obscurece outros propósitos bastante mais importantes da E(e)ducação M(m)atemática que eu pratico, como também, na prática, isenta a todos da responsabilidade pelos efeitos que quer causar com o que pratica. É uma situação semelhante à da reprovação: há um efeito, o aluno é responsabilizado e tudo fica em paz. Chamo a atenção para o fato de que se o médico falha e o paciente morre nós não achamos que a culpa seja do paciente, e nem o médico fica isento de responsabilidade automaticamente.

Talvez, postos na parede pelas iniciativas dos governos, este seja um ótimo momento para iniciarmos esta discussão, para começarmos a olhar para quais são os efeitos que queremos causar com a E(e)ducação M(m)atemática que praticamos, e a partir daí poderemos conceber o que é que queremos avaliar, e como.

\* Depto. de Matemática/PG Ed. Matemática, UNESP/Rio Claro  
e-mail: romlins@igce.unesp.br